

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21000.074428/2025-25
UASG 130141

Águia Soluções Inteligentes Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.130.029/0001-62, com sede em ST SHN QD 2BL F, nº 87 sala 1625 CEP:70.702-906 Brasília DF, por seu representante legal, vem, tempestivamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
pelos fundamentos a seguir expostos.

I – DA SÍNTESE DO OBJETO

O edital tem por objeto a contratação de serviços contínuos de supervisores administrativos e engenheiros, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, estruturado em grupo único composto por postos de trabalho, diárias e deslocamentos aéreos.

O Termo de Referência estima o valor anual total da contratação em R\$ 46.795.438,84, sendo R\$ 33.026.392,44 referentes aos postos de trabalho e R\$ 13.769.046,40 referentes a diárias e passagens.

Ocorre que o edital exige, para fins de qualificação econômico-financeira, Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro mínimo de 16,66% do valor estimado da contratação para o período de doze meses, bem como patrimônio líquido mínimo de 10% do mesmo valor estimado.

A exigência, tal como redigida, incide sobre o valor global anual integral da contratação, incluindo despesas de diárias e passagens aéreas, embora tais parcelas possuam natureza eventual, variável, condicionada à emissão de Ordem de Serviço, à ocorrência do fato gerador e à comprovação dos valores efetivamente pagos.

II – DA IRREGULARIDADE NA BASE DE CÁLCULO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A exigência de Capital Circulante Líquido de 16,66% pode ser admitida em contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, quando destinada a aferir a capacidade da licitante de suportar os encargos ordinários da execução contratual, especialmente a folha de pagamento e obrigações trabalhistas durante período inicial da contratação.

Todavia, no presente caso, a Administração incluiu na base de cálculo do CCL valores que não possuem natureza ordinária de folha nem de custo mensal fixo da operação, mas sim despesas variáveis e eventuais de diárias e deslocamentos.

O próprio Termo de Referência estabelece que as diárias e deslocamentos serão demandados apenas quando necessários, por meio de Ordem de Serviço, medidos conforme o respectivo fato gerador e pagos mediante comprovação dos valores efetivamente despendidos.

Além disso, o Termo de Referência expressamente afasta a incidência de BDI sobre deslocamentos, demonstrando que tais valores possuem natureza distinta da remuneração ordinária dos postos de trabalho. Logo, exigir CCL de 16,66% sobre o valor global integral da contratação, incluindo R\$ 13.769.046,40 de diárias e passagens, amplia artificialmente a exigência econômico-financeira e restringe a competitividade sem demonstração técnica suficiente.



III – DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA ESPECÍFICA E PROPORCIONAL

A resposta ao pedido de esclarecimento limitou-se a afirmar que a exigência de CCL de 16,66% decorre de parâmetros usualmente aplicados pela Administração Pública Federal.

Contudo, não foi apresentado estudo específico demonstrando por que despesas eventuais, variáveis, condicionadas à demanda e sujeitas à comprovação deveriam integrar integralmente a base de cálculo do CCL.

Também não houve demonstração de que a cumulação simultânea de CCL de 16,66%, patrimônio líquido de 10%, índices contábeis superiores a 1 e garantia contratual de 5% sobre o valor anual seja indispensável e proporcional ao risco efetivo da contratação.

A Administração não pode se limitar a reproduzir parâmetro geral sem adequá-lo à composição real do objeto, sobretudo quando parcela expressiva do orçamento possui natureza eventual e não corresponde à despesa ordinária mensal da execução dos postos.

IV – DA RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE

Considerando o valor estimado anual de R\$ 46.795.438,84, a exigência de CCL de 16,66% representa aproximadamente R\$ 7.797.320,12.

Além disso, exige-se patrimônio líquido mínimo de 10%, equivalente a aproximadamente R\$ 4.679.543,88, e garantia contratual de 5%, equivalente a aproximadamente R\$ 2.339.771,94.

A soma desses filtros econômico-financeiros, especialmente quando calculados sobre parcelas eventuais de diárias e passagens, cria barreira desproporcional à participação de licitantes aptas à execução do objeto, sem correspondência direta com o risco operacional ordinário da contratação.

A qualificação econômico-financeira deve medir a capacidade real da empresa para executar o contrato, e não funcionar como filtro excessivo ou descolado da estrutura econômica do objeto.

V – DAS DESPESAS DE DIÁRIAS E PASSAGENS COMO PARCELAS EVENTUAIS

As diárias e passagens não constituem postos mensais fixos, folha permanente ou custo ordinário de mão de obra. São despesas condicionadas à necessidade administrativa, formalizadas por Ordem de Serviço, sujeitas à comprovação e pagamento conforme fato gerador.

Assim, ainda que possam compor o valor estimado global para fins orçamentários, não deveriam integrar automaticamente a base de cálculo do CCL e do patrimônio líquido sem análise de proporcionalidade.

A manutenção da exigência sobre o valor global integral gera distorção relevante, pois obriga a licitante a demonstrar capital de giro sobre valores que somente serão executados se houver demanda, deslocamento efetivo e comprovação posterior.

VI – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- a) o recebimento e conhecimento da presente impugnação;
- b) a suspensão da sessão pública, caso necessário, até a análise definitiva da presente impugnação;
- c) a retificação do edital para que a exigência de Capital Circulante Líquido/Capital de Giro de 16,66% incida apenas sobre a parcela fixa e ordinária da contratação, correspondente aos postos de trabalho, excluindo-se da base de cálculo os valores estimados de diárias e passagens;



d) subsidiariamente, caso a Administração entenda pela manutenção das diárias e passagens na base de cálculo, que apresente estudo técnico específico demonstrando a necessidade, adequação e proporcionalidade da exigência, com análise do impacto sobre a competitividade;

e) a revisão da exigência de patrimônio líquido mínimo de 10%, para que também seja calculada apenas sobre a parcela fixa e ordinária da contratação, ou, subsidiariamente, seja apresentada justificativa técnica específica para sua incidência sobre despesas variáveis;

f) a republicação do instrumento convocatório, com reabertura dos prazos legais, caso as alterações impactem a formulação das propostas.

Termos em que,
Pede deferimento.

Brasília 14 de junho de 2026

AGUIA SOLUCOES
INTELIGENTES
LTDA:09130029000162

Assinado de forma digital por AGUIA
SOLUCOES INTELIGENTES
LTDA:09130029000162
Dados: 2026.06.15 16:39:26 -03'00'

AGUIA SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA
CNPJ:09.130.029/0001-62

